

Área Temática: Organização do Terceiro Setor

O caso ADETEC – Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região

AUTORES

CLÁUDIA SOUZA PASSADOR

Universidade de São Paulo

cspassador@usp.br

MAITÊ GARCIA LEAL FERRAZ

Universidade de São Paulo

maiteferraz@gmail.com

PAULO LACERDA

Universidade Estadual de Londrina

placerda@sercomtel.com.br

RESUMO

A emergência de estudos e de iniciativas originadas na academia, envolvendo um número crescente de grupos de pesquisa, voltados para a inovação e para a busca do desenvolvimento econômico no nível dos municípios e das microrregiões surge como resposta alternativa para o resgate da prosperidade das economias menos desenvolvidas. O presente estudo se propôs a discutir essa alternativa, numa abordagem fenomenológica, através do exame do caso de uma organização do terceiro setor que tem como objetivo articular a promoção do desenvolvimento econômico com base em ativos tecnológicos disponíveis. Foi também propósito deste estudo verificar a hipótese de que essa busca de desenvolvimento, pela amplitude e profundidade de seus efeitos no longo prazo, pode ser considerada uma ação condizente com os princípios e conceitos de responsabilidade social. As conclusões do estudo destacam as dificuldades de sustentação do modelo adotado pela organização estudada. Destacam, também, a diversidade de percepções sobre a responsabilidade social associada às ações da entidade.

Palavras Chave: Terceiro Setor, Responsabilidade Social, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

The arising of studies and initiatives originated in the academy, involving an increasing number of groups of research, come back toward the innovation and the search of the economic development in level of cities and micro-regions appears as alternative reply for the rescue of the prosperity of the developed economies less. The present study propose to argue this alternative, in a fenomenologic boarding, through the examination of the case of an third sector organization that has as objective to articulate the promotion of the economic development within the available technological assets. It was also intention of this study to verify the hypothesis of that this search of development, by the intensity and depth of its effect in the long stated period, can be considered an action that matches up with the principles and concepts of social responsibility. The conclusions of this study detach the difficulties of sustainability of the model adopted by the studied organization. They also detach the diversity of perceptions about social responsibility associated with the actions of the entity.

Key- words: Third Sector, Social Responsibility, Economic Development.

Tecnologia, Inovação e Participação Cidadã

A participação brasileira no processo de globalização, para que ocorra de forma não secundária, ou não submissa, depende não apenas de investimentos que possam resultar na capacitação de recursos humanos, no desenvolvimento autônomo de tecnologia e de geração de inovação, mas também, inexoravelmente, de arranjos institucionais que promovam as condições adequadas para a ocorrência desses desenvolvimentos, implicando o concurso de atores tão diversos como o poder público, a iniciativa privada nacional, as universidades e instituições de pesquisa e a sociedade civil organizada, para combinar os recursos de apoio e organização jurídico-institucional, de fomento, de pesquisa e desenvolvimento, financeiros e operacionais. Trata-se não somente da busca da competitividade para atuar no mercado global – ou ao menos para sobreviver no mercado local – mas está implícita nesta visão a busca da manutenção da soberania e da implementação da cidadania. (DUPAS, 2002; HERTZ, 2002).

O *locus* desses arranjos é, mais provavelmente, a cidade de tamanho médio ou grande do interior do país. No mínimo porque contra pouco mais de vinte cidades identificadas como capitais estaduais, o Brasil possui mais de cinco mil municípios, distribuídos não homogeneamente por suas diversas regiões e envolvidos com uma ampla diversidade de atividades econômicas, cada qual segundo as condições geográficas, políticas, sociais que lhe são peculiares. Também, é provável que o envolvimento das comunidades do interior seja mais fácil de ser alcançado através de suas lideranças locais e regionais, do que no contexto das grandes metrópoles, massificadoras e facilitadoras do anonimato, mais difícil, portanto, de formar massa crítica em torno de valores e idéias. É nas médias e grandes cidades do interior que se espera a geração, ao longo do tempo, de um movimento determinado a aproveitar suas potencialidades específicas, emergindo em cada local uma rede de agentes para desenvolvê-las e dirigi-las à produção de um processo de desenvolvimento regional. Em contraposição ao conjunto de condições favoráveis à emergência de um tal movimento, entretanto, deve-se levar em conta a falta – ou a incipiência – de uma cultura inovadora, que pode dificultar, senão obstar, a realização de seus propósitos.

Um dos aspectos mais relevantes para a discussão aqui proposta é o da tecnologia, no seu sentido mais amplo. A observação do que vem ocorrendo com a evolução das operações empresariais globalizadas, particularmente quando se trata de investimento estrangeiro direto, permite identificar uma situação que, a perdurar, pode reduzir a competitividade do estado-nação em fase de desenvolvimento a tal ponto que se venha a tornar pouco mais do que apenas um território de consumo, incapaz de produzir e comercializar, competitivamente, mais do que *commodities*. Dessa maneira há perda de conhecimento, de inteligência e de soberania.

Simultaneamente ao sucateamento do ensino superior público e da redução das verbas para pesquisa, o livre comércio desregulado e a ação das grandes corporações, “simplificada” pelo modelo neoliberal, têm se caracterizado, muito freqüentemente, pela importação de tecnologia fechada: equipamentos são internados no país e produtos são fabricados sem que o conhecimento correspondente se acumule para o bem estar do país que os recebe, pois não é através do *hardware* que se transferem o conhecimento e a competência técnica, mas sua apropriação ocorre através de processos a que podemos chamar de “cérebro a cérebro”.

Lastres et al (apud SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2002) referem às dificuldades de acesso das empresas nacionais de economias emergentes – em especial das pequenas e médias empresas – à tecnologia, pois:

a) muito mais do que antes, o progresso tecnológico atual e seus efeitos chegam à periferia de maneira extremamente restrita e segmentada”; b) “sua transferência e difusão para os espaços periféricos é sempre parcial, dificultando ainda mais do que no passado a possibilidade de criação de uma

capacidade endógena de progresso técnico”; c) “verifica-se uma diminuição do licenciamento de tecnologias para os países em desenvolvimento”; d) ocorre exclusão destes países “nos processos gerais de geração e de cooperação internacionais de tecnologia, e a [...] inclusão no processo de exploração global de tecnologia”; e) “as novas formas de investimento externo nestes países concentram-se em projetos que utilizam tecnologias estáveis ou maduras”; e f) “os principais canais de difusão internacional de inovações [...] resultam de formas de aprendizado e aquisição de conhecimentos, para as quais a influência dos níveis de desenvolvimento local é significativa. (LASTRES et al apud SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2002, p.7)

Comenta Furtado (1999) sobre a capacidade de os países fazerem frente às restrições decorrentes do novo ambiente internacional:

[...] face às escolhas dos principais países, os demais tiveram que renunciar – em graus variados – aos seus projetos e às dimensões autônomas de suas arquiteturas nacionais, aderindo gradativamente à dimensão internacional comum, marcada pela competitividade. Foi assim que uma escolha restrita tornou-se a única possível [...] a competitividade tornou-se uma dimensão incontornável e sem alternativa. O único caminho, para todos os países, excetuado aquele que conta com um privilégio monetário, é adaptar-se. Para todos aqueles que contam ainda com um certo raio de manobra, a busca da competitividade é compatível com outros objetivos nacionais; mas para a maioria, é essa busca que condiciona todas as demais dimensões da política. (FURTADO, 1999, p. 5)

Coloca-se, pois, a questão da competitividade como aspecto crucial para a participação, em papel não secundário, do processo de globalização. Competitividade conecta-se, necessariamente, à inovação, à acumulação de conhecimento e à capacitação tecnológica, necessárias à produção e comercialização de produtos com maior valor agregado, *tradables* no contexto internacional.

Kupfer (1998) analisando as trajetórias de reestruturação da indústria brasileira indica que o período de estabilização da economia brasileira – na primeira metade da década de 90 – caracterizou-se por estagnação da atividade industrial, com elevação da produtividade, em termos de produção física, devido à forte contração dos níveis de emprego e a melhorias nos processos produtivos, ao mesmo tempo em que se observava “[...] um quadro consistente de indicadores a revelar que foi baixa a propensão a investir do período”.

Lima (2001, p.10) lembra a introdução, por Schumpeter, do “progresso técnico como elemento decisivo no processo de concorrência entre os capitais e, portanto, na determinação das transformações e oscilações pelas quais passa o sistema econômico.” Caracterizando o progresso técnico em três fases sucessivas: de invenção, de inovação e de difusão, Lima refere-se ao estudo de Patel, em 1995, segundo o qual “em amostra de 569 empresas na OCDE, quanto ao aspecto da internacionalização em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) [...] 341 realizavam menos de 10% de seus esforços de P&D no exterior e apenas 43 realizavam mais de 50% dos esforços em outros países.” (LIMA, 2001, p. 11).

Lima (2001) sintetiza os pontos fundamentais do atraso tecnológico na América Latina:

1. ausência de uma política industrial coerente e autônoma, capaz de nortear e dar rumo aos investimentos no setor;
2. débil relação com as necessidades de desenvolvimento, sobretudo pelo longo projeto de ISI (Industrialização Substituição de Importações), mais importadora que criadora;
3. falta de convergência dos planos em C&T com as estratégias de desenvolvimento econômico social e político;
4. modelo errático de C&T, privilegiando o curto prazo, sem continuidade e desarticulado;
5. a Ciência e a Tecnologia não efetivamente consideradas como atividades estratégicas e

- prioritárias para o desenvolvimento nacional;
6. pequena participação do setor privado na produção de C&T, demonstrada pelo número de pesquisadores e engenheiros atuando em empresas localizadas no país;
 7. extrema dependência dos “pacotes tecnológicos” exógenos;
 8. baixo nível de apoio em C&T às pequenas e médias empresas;
 9. a capacidade em recursos humanos, contraditoriamente formada pelo Estado, não tem os recursos suficientes para um melhor desempenho;
 10. concentração regional dos investimentos no setor;
 11. isolamento da comunidade científica, apesar do protagonismo central que exerce, às demandas do setor industrial;
 12. forma autoritária de condução das políticas de C&T, com reduzida participação da comunidade científica nas decisões das propostas e alocações de recursos;
 13. inexistência ou controle laxista do Estado com relação às importações realizadas por grandes corporações multinacionais;
 14. ausência de responsabilização do grande capital internacional na relação entre lucratividade e desenvolvimento sustentável dos países da região (LIMA, 2001, p. 13-14).

Lima inclui, entre os pontos nevrálgicos, a concentração regional dos investimentos no setor. Embora seja plausível a abordagem no nível nacional, suposta a existência de uma política industrial estabelecida pelo Estado, a execução dessa mesma política deverá levar em conta as especificidades e peculiaridades regionais, em termos de sua vocação econômica e da presença dos fatores que podem operacionalizá-la. Arranjos produtivos locais podem contribuir para o desenvolvimento em âmbito mais amplo do que apenas da cidade ou de uma pequena região, mas constituir-se numa forma de equacionar o desenvolvimento de toda uma nação a partir das suas realidades e potencialidades locais e regionais. O surgimento de aglomerados de pequenas e médias empresas, notavelmente competitivas, como nos casos do Vale do Silício e da Terceira Itália, pertencentes, respectivamente, ao grupo Difusor e ao grupo Tradicional na categorização estabelecida por Kupfer (1998), vem levando ao resgate da dimensão espacial. E o foco de análise passa das empresas individuais para as relações entre as empresas e entre estas e as demais instituições, num espaço geográfico determinado. Passa a enfatizar, também, o entendimento das características do ambiente onde tais se inserem (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). Não há necessariamente contradição entre desenvolvimento local e desenvolvimento nacional, mas o resultado em termos do último pode ser estabelecido através da sinergia que se estabelecer numa rede de sistemas locais e regionais, cada qual aproveitando, de forma otimizada, suas vocações específicas e seus recursos.

Bortagaray e Tiffin (2000) propõem um modelo de *clusters* de inovação voltado para o direcionamento de pesquisas e políticas públicas na América Latina, o qual enfatiza o papel de fatores intangíveis tais como comunicação e cultura como sendo tão importantes quanto fatores tangíveis quanto mercado e infra-estrutura. Suas descobertas iniciais indicam a presença de um número significativo de *protoclusters* com potencial para emergir, não tendo identificado a existência de *clusters* de inovação maduros.

Bortagaray e Tiffin (2000) enfatizam no modelo proposto tanto os conhecimentos produzidos por universidades, centros de pesquisa e outras fontes de tecnologia (*inputs* de conhecimento) e a disponibilidade de facilidades em relação a materiais, instrumentação e equipamento (*inputs* especializados), como a existência de entidades que promovem a criação e o gerenciamento de *clusters* locais de inovação, cujos papéis de promoção e de coordenação são críticos, cabendo-lhes orquestrar as ligações com incubadoras, agentes de regulação pública em diversos níveis, agentes de transferência de tecnologia e entidades de negócios, a par de promover conexões com outros *stakeholders* (apoio ao *cluster*). Dentre as conclusões de uma pesquisa realizada em Porto Alegre, Curitiba e Recife, no Brasil e em Buenos Aires (Argentina), Havana (Cuba), Monterrey (México) e San Jose (Costa Rica), Bortagaray e

Tiffin (2000) ressaltam que há na América Latina *clusters e protoclusters* que apresentam certas características que um *cluster* maduro teria e, especialmente, o potencial para se transformarem em *clusters* maduros. Como decorrência dessa conclusão, os autores enfatizam que mais importante do que investir em infra-estrutura física é investir nos mecanismos que promovem a integração e as partes invisíveis da comunidade. Assim, o desenvolvimento de *clusters* de inovação pode ser estimulado pela vontade da comunidade ou de líderes de idéias (campeões).

Essa abordagem é compatível com a da chamada “*triple helix*”, desenvolvida como uma proposta de modelagem do processo de transformação nas relações entre universidade – indústria – governo. Leydesdorff e Etzkowitz (1998) destacam a superposição recorrente de comunicações entre os elementos componentes da *triple helix*, nos diversos estudos realizados a respeito, num “fluxo de conhecimento” entre eles, variando o grau de institucionalização do processo de interação. Destacam, também, a coexistência de um objetivo comum subjacente a esse fluxo de conhecimento com as diferentes perspectivas e valores inerentes a atores com diferentes especialidades e objetivos individuais.

Outro conceito que suporta a discussão neste estudo é o de Capital Social. Landabase (2003) ao examinar perspectivas de políticas para a promoção da competitividade em regiões menos favorecidas, fala sobre o papel do capital social, recorrendo a Robert Putnam para definir esse conceito como sendo “aspectos da organização social, como confiança, normas e redes, que podem aumentar a eficiência da sociedade pela facilitação de ações coordenadas.” (PUTNAM, 1993 apud LANDABASE, 2003, p. 1).

Uma definição alternativa de Pierre Bourdieu e Wacquant é referida igualmente por Landabase (2003): “a soma de recursos reais ou virtuais que agrega a um indivíduo ou grupo por possuir uma rede durável de relações de conhecimento e reconhecimento mais ou menos institucionalizadas.” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992 apud LANDABASE, 2003, p.1). Passador (2003), além de abordar, também, o conceito de Capital Social, agrega a visão de redes, como um conceito de crescente visibilidade na literatura que discute políticas públicas. Ressalvando a perda de precisão derivada do uso do termo para denominar diferentes fenômenos, Passador (2003) centra a abordagem de rede enquanto instrumento de elaboração e implementação de políticas públicas.

À vista das visões teóricas acima referidas, parece tornar-se importante o surgimento de órgãos ou entidades que promovam o desenvolvimento no nível local ou regional, executando ações que estimulem a criação de uma cultura propícia ao desenvolvimento de parcerias entre o setor acadêmico (universidades e centros de pesquisa), o setor produtivo (empresariado) e o setor público (particularmente os governos municipal e estadual e agências de desenvolvimento), visando criar as condições para a emergência de empreendimentos voltados para a produção de bens e serviços de alto valor agregado.

Portanto, uma saída possível dentro das regras do jogo vigentes está na articulação das vontades e ações de atores locais e regionais, por todo o País, com o objetivo de gerar inovação e desenvolvimento tecnológico, buscando o desenvolvimento econômico sustentável baseado em suas vocações regionais. Por essa via, também o desenvolvimento social pode ser alcançado, resultando esses esforços em ações socialmente responsáveis de maior alcance, ao investir sobre as próprias bases do bem-estar e da harmonia social.

Nesse contexto, este estudo aborda o caso da ADETEC – Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região, no Paraná, analisando-o sob a perspectiva de que é uma entidade criada para a busca desses objetivos e, portanto, do desenvolvimento local e regional, através do estímulo à instalação de arranjos inovativos e produtivos locais, competitivos, por meio dos quais se possa implementar um processo de desenvolvimento econômico e social sustentável. Pela extensão das conseqüências possíveis

de tal processo, propõe-se também que iniciativas, como a da ADETEC, possam ser incluídas no rol das ações tipificadas como socialmente responsáveis.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

O campo da responsabilidade social empresarial não atingiu a maturidade em termos de consistência teórica, sendo ainda freqüentes as discussões, no meio acadêmico, acerca de sua conceituação, principalmente em relação à sua abrangência e ao alcance das ações corporativas ditas socialmente responsáveis (ASHLEY, 2002; ASHLEY; COUTINHO; TOMEI, 2000; BORGER, 2001; CARROLL, 1999; WOOD, 2000). Paralelamente, proposições com caráter normativo e avaliativo são formuladas seja por organismos internacionais, como o World Bank, seja por organizações não governamentais com a missão de disseminar a idéia de que as empresas devem empreender ações que contemplem, em alguma medida, o atendimento a necessidades sociais, fato observável mundialmente, assim como no Brasil, onde se destaca o Instituto Ethos de empresas e responsabilidade social, como mais visível e atuante organização com esse objetivo.

Embora não seja propósito deste trabalho, a revisão abrangente de tudo o que se tenha escrito a respeito, é importante para o seu propósito fazer um apanhado sobre o surgimento e a evolução desse construto. Recorre-se inicialmente a Carroll (1999), que referindo a possibilidade de encontrar evidências de preocupações da comunidade de negócios em relação à sociedade, em séculos passados, identifica no século XX, particularmente nos últimos cinquenta anos, o surgimento de escritos formais sobre responsabilidade social, em especial nos Estados Unidos da América.

O retrospecto elaborado por Carroll (1999) abrange esses últimos cinquenta anos, justificando que tanto ocorreu no período que moldou a teoria, a pesquisa e a prática. A obra de Howard R. Henderson, *Social Responsibility of the Businessman* publicada em 1953 marca, para o autor, o início do período de literatura moderna sobre o assunto. Segundo Carroll, Bowen partiu, então, da crença de que as centenas de grandes negócios existentes eram centros vitais de poder e de decisão, e que as ações desenvolvidas por essas empresas afetavam as vidas de cidadãos de várias formas, levando Bowen a questionar-se sobre quais responsabilidades para com a sociedade seria razoável esperar-se que um homem de negócios assumisse. Carroll propõe que Bowen, por seu trabalho seminal, possa ser considerado o “pai da responsabilidade social empresarial”. A definição inicial de Bowen para a RSE diz: “É obrigação dos homens de negócios perseguir as políticas, tomar as decisões ou seguir as linhas de ação que são desejáveis em termos dos objetivos e dos valores de nossa sociedade” (BOWEN apud CARROLL, 1999, p. 270 tradução nossa). É relevante a referência feita por Bowen (apud Carroll, 1999) de que uma pesquisa levada a efeito pela revista *Fortune*, em 1946 indicou que 93.5% dos homens de negócios respondentes concordava com o pensamento expresso pelos editores de que a RSE, ou a “*social consciousness*”, significava que homens de negócios eram responsáveis pelas conseqüências de suas ações numa amplitude maior do que a coberta por seus demonstrativos de lucros e perdas.

Também é relevante a definição elaborada por Davis e Blomstrom: “*Social responsibility, therefore, refers to a person’s obligation to consider the effects of his decisions and actions on the whole social system*” (DAVIS; BLOMSTROM, 1966 apud CARROLL, 1999, p. 272), pois a definição refere-se a “uma pessoa”. Pode-se pensar à época na figura de um executivo profissional, assim como do próprio empreendedor-proprietário. A definição encontraria limitações, na atualidade, quando o grande capital hegemônico é representado muito freqüentemente por fundos de investimentos ou fundos de pensão.

Walton, por sua vez, define RSE:

Em resumo, o novo conceito de responsabilidade social reconhece as íntimas relações entre a corporação e a sociedade e compreende que tais relações devem estar presentes na mente dos altos executivos enquanto a corporação e os grupos relacionados perseguem seus respectivos objetivos (WALTON, 1967 apud CARROLL, 1999, p. 272, tradução nossa).

Em certa medida, o autor começa a sugerir uma possível abordagem por *stakeholders*, como veio de fato a ocorrer mais tarde.

Drucker, em 1984, propõe um novo significado para RSE:

A responsabilidade social que cabe aos negócios é domar o dragão, isto é, transformar um problema social em oportunidade econômica e em benefício econômico, em capacidade produtiva, em competência humana, em empregos bem pagos e em riqueza (apud CARROLL, 1999, p. 286 tradução nossa).

A posição de Drucker sugere, em certa medida, uma visão estratégica sobre RSE, uma vez que ele não apenas se preocupa com a compatibilidade entre lucratividade e responsabilidade, mas sua perspectiva inclui a idéia de que as empresas deveriam converter suas responsabilidades sociais em oportunidades de negócios.

Nos anos 90, o tema RSE ganha novas elaborações sobre os temas alternativos acima referidos, a par de algumas contribuições relevantes, como as de Donna Wood (1991 e 2000): na primeira – *Corporate social performance revisited* – Wood reconstrói o modelo conceitual de RSE (que trata como *Corporate Social Performance*), em que figuram:

- a) princípios de RSE:
 - princípio institucional: legitimidade
 - princípio organizacional: responsabilidade pública
 - princípio individual: discrição gerencial
- b) processos de responsividade social empresarial:
 - avaliação ambiental
 - administração dos *stakeholders*
 - administração de questões
- c) efeitos do comportamento empresarial:
 - impactos sociais
 - programas sociais
 - políticas sociais (WOOD, 1991, p. 694, tradução nossa).

Os princípios propostos implicam, respectivamente que: a sociedade concede legitimidade e poder aos negócios e que no longo prazo, aqueles negócios que não usarem esse poder de uma maneira que a sociedade considere responsável tenderão a perdê-lo (legitimidade); que os negócios são responsáveis pelas conseqüências relacionadas às suas áreas primária e secundária de envolvimento com a sociedade (responsabilidade pública); e que os gestores são atores morais e em qualquer domínio da RSE eles estão obrigados a exercitar sua escolhas dirigindo-as para efeitos socialmente responsáveis.

Wood chama a atenção para o fato de que termos como “funções legítimas”, “obrigações”, ou “bem-estar social” não possuem significados universais nem absolutos, mas os possuem através de vínculos temporais e culturais. Mesmo em uma dada cultura, em determinada época, os significados podem ser diferentemente atribuídos por diferentes grupos de *stakeholders*. Assim, os princípios propostos devem ser considerados como formas analíticas que devem ser preenchidas com o conteúdo de contextos culturais, temporais e de

valores específicos, e que são operacionalizados através dos processos políticos e simbólicos daquele contexto (WOOD, 1991, p. 700).

Para a proposta deste trabalho, essas diferenças de visão são relevantes na medida em que se destaca a diferença existente entre as percepções e expectativas dos *stakeholders* em contextos de países desenvolvidos, com economias e regimes políticos consolidados, níveis de bem estar da população e de educação acima da média em termos mundiais. “Stakeholder analysis represents a companion concept to social contract theory” diz um *paper* apresentado à reunião da UNCTAD em 1999. No prefácio, Rubens Ricupero justifica a apresentação do *paper* a respeito de tema já bastante tratado, ao afirmar que a globalização é a resposta, quando as corporações transnacionais operam em diferentes sociedades com numerosas e diversas entidades soberanas, sendo de se esperar que tenham diferentes expectativas. Mais, Ricupero diz que: “Quando notamos que a diversidade abrange as diferenças entre sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento, torna-se claro que diferentes sociedades terão diferentes capacidades de assegurar os seus interesses”.(UNCTAD, 1999).

Considera-se que o alicerce intelectual para muitas novas visões da RSE repousa sobre a noção de um contrato social entre a empresa e a sociedade que a hospeda e que o processo de incorporação legal resulta num privilégio formal que concede a uma empresa o direito a operar no âmbito do corpo de leis e regulamentos estabelecidos numa sociedade. Essas exigências legais e regulamentares podem ser vistas como constituindo toda a extensão da responsabilidade social das corporações; para todo o resto “The business of business is business” (FRIEDMAN, 1983, 1984 apud UNCTAD, 1999). Uma filosofia alternativa considera um contrato social mais amplo, extralegal, que compreenda pressupostos e expectativas implícitas de uma sociedade sobre o comportamento de empresas às quais essa sociedade tenha concedido o direito de existir.

Entre os aspectos possíveis de serem incluídos nessa abordagem mais ampla, estariam externalidades originadas de decisões empresariais, como o fechamento de uma fábrica, numa comunidade, como impactos ambientais negativos decorrentes de suas operações, ou como práticas de gestão de pessoas que induzam empregados a dedicar-se à empresa com o sacrifício de sua própria educação, pela exigência de jornadas de trabalho excessivas ou irregulares. A menor capacidade de sociedades em desenvolvimento afirmarem seus direitos - seja pela fragilidade institucional ou pela incipiente educação de seus integrantes - leva a questões relacionadas ao desenvolvimento, como transferência de tecnologia, promoção do empreendedorismo local e treinamento da força de trabalho passem frequentemente despercebidas do grande público e, assim, não figurem na pauta de preocupações das empresas, uma vez que não são objetos de pressões públicas suficientes (UNCTAD, 1999, p. 8).

Ao tratar das percepções dos negócios, da sociedade civil e de governos sobre responsabilidade social corporativa (ou RSE), o documento da UNCTAD fornece indicações de que a comunidade de negócios tem aversão a aderir a padrões legais internacionais acerca das suas operações. Entretanto, e contraditoriamente, essa mesma comunidade advoga compromissos legais internacionalmente aplicáveis, quando se refere a obrigações de governos perante investidores estrangeiros. As responsabilidades governamentais são vistas como deveres normativos ou obrigações que devam ser suportadas por sanções legais internacionais (UNCTAD, 1999, p. 9). Essa realidade sugere que a defesa dos interesses legítimos da sociedade “*lato sensu*” precisa figurar entre as prioridades de seus principais atores e que, conforme se propõe neste trabalho, é parte fundamental da responsabilidade social de suas lideranças – não apenas nas esferas governamentais, mas igualmente entre os agentes da atividade econômica, a comunidade científica e a sociedade civil organizada – promover a discussão e a formulação de soluções para a participação não submissa de cidades, regiões e de todo o país no processo de globalização.

Mais do que isso, essa busca pela preservação e desenvolvimento do “local” pode ser considerada presumivelmente de interesse estratégico para esses atores, destacando-se o empresariado, que estaria protegendo e desenvolvendo o poder aquisitivo potencial de seu mercado, simultaneamente à divulgação de uma imagem positiva de “empresa cidadã”. Sugere-se, portanto, que a inclusão da promoção efetiva do desenvolvimento econômico e social no âmbito conceitual da RSE faz sentido do ponto de vista da continuidade e da prosperidade dos negócios, com o apoio da comunidade local, e que essa condição de sobrevivência em longo prazo não é uma idéia tola de ativistas, como supõe Wood, pois a abordagem estratégica da RSE pode confrontar a característica de “fenômeno complexo e multivariado” a que Wood se refere (2000, p. 370).

Não importa ao presente trabalho o exame de cada uma das formas de abordagem do envolvimento com a comunidade e com o desenvolvimento econômico das comunidades acima referidas. Parece, todavia, que a idéia de caracterizar iniciativas voltadas para o desenvolvimento como ações socialmente responsáveis é ainda incipiente no contexto brasileiro que convive com a presença de distintas concepções sobre a responsabilidade social:

1. A RSE como um possível modismo gerencial, reflexo do momento atual e de múltiplos fatores e acontecimentos mundiais, bem como da influência de organismos internacionais que colocaram o assunto nas pautas de discussões.

2. A abordagem dos liberais, neoliberais e afins, desde as proposições de Friedman (1988) às mudanças estruturais implementadas em diversos países para neles consolidar um modelo competitivo e às ações para melhoria das condições sociais.

3. A abordagem da RSE como instrumento de legitimação social, compreendendo a introdução do conceito de empresa-cidadã, controvertido como se pode ver em Freitas (1997) e o “novo espírito do capitalismo” de Boltanski e Chiapello, analisado por Ventura (2003).

4. A abordagem da responsabilidade social como diretamente relacionada à questão da ética, em especial à ética da responsabilidade, na visão de Srour (1998), eminentemente política e reforçada pelo surgimento de uma sociedade civil ampla articulada e engajada, e pelas análises de Moreira (2002) e Bateman e Snell (1998) que deixam clara a complexidade e o caráter controvertido da abordagem.

5. A abordagem da responsabilidade social corporativa (RSC), com as contribuições de Ashley, Coutinho e Tomei (2000), que não apenas colocam a necessidade de desenvolver o conceito de “cidadania” empresarial num espectro mais amplo, com o desenvolvimento sustentável como pano de fundo, mas afirmam que o conceito de RSC demanda a incorporação de orientação estratégica relacionada aos desafios éticos em cada dimensão dos negócios. Ressalte-se a contribuição de Jones (1996) que vê criticamente o conceito de RSC como carente de coerência teórica, de validade empírica e de viabilidade normativa e define duas linhas: a linha ética e a linha instrumental, a segunda considerando a existência de uma relação entre o comportamento socialmente responsável e a performance econômica da empresa. Nessa linha, as autoras vêem o conceito de RSC sendo tratado de maneira instrumental com o condão de agregar vantagem competitiva, o que é reforçado por Ostergaard (1999) para quem as organizações deveriam repensar suas responsabilidades sociais numa perspectiva estratégica.

Vê-se das diversas abordagens que se trata de um conceito bastante controverso. Entretanto, ainda que Schommer (2000); Ashley, Coutinho e Tomei (2000); Drucker (1984); e Canopf e Passador (2005) tratem a RSC de formas diversas, encontram-se neles pontos em comum: sua necessidade face à exigência da sociedade, a perspectiva de sua aplicação gerar retornos melhores e no longo prazo e a abrangência dessa responsabilidade, compreendendo todos os *stakeholders* em sua cadeia produtiva.

O Papel da ADETEC

A ADETEC – Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter educacional, de pesquisa e fomento, voltada para o desenvolvimento tecnológico e regional do Norte do Paraná. Sua missão é declarada como a de “ser um agente de integração para o desenvolvimento econômico e social do Norte do Paraná, alicerçado no desenvolvimento tecnológico”.

Quanto a seus objetivos, esses são assim definidos nos estatutos da entidade:

- i.* promoção do desenvolvimento, do aperfeiçoamento e do progresso científico-tecnológico dos setores de produção e de serviços, em áreas de interesse local e regional, inclusive com a criação de pólos tecnológicos;
- ii.* a prestação de assistência tecnológica e apoio logístico, visando ao desenvolvimento tecnológico dos métodos e processos de produção, inclusive para fins de formação de incubadoras e nucleação de empresas;
- iii.* a elaboração, coordenação e execução de programas e projetos de interesses difusos, em especial nas áreas de preservação do meio ambiente, pesquisa científica, informática, eletro-eletrônica, metal-mecânica e outras afins;
- iv.* a articulação de ações necessárias para a implantação de cursos em todos os níveis, visando a formação e o desenvolvimento de recursos humanos nas diversas áreas de atuação da instituição;
- v.* a promoção da integração dos órgãos públicos e das entidades privadas visando identificar idéias e desenvolver os projetos, os programas e as ações necessárias para executá-los;
- vi.* a realização de simpósios, congressos e seminários pertinentes aos objetivos da Associação (SENDIN, 2002, p.10).

A eficácia dessas ações deve ser analisada primeiramente em seu contexto, considerando a evolução da história econômica da cidade e da região. Nos anos 30 e 40 a agricultura da região era dominada por grandes plantações de café, com elevados índices de produtividade, intercalando-se culturas de subsistência como as de milho, feijão e arroz. Em 1950 a área cultivada no Município de Londrina era superior a 32 mil hectares, sendo que cerca de 22 mil hectares eram culturas permanentes, quase exclusivamente de café. A partir de 1960, transformações ocasionadas por geadas, mau uso do solo, mecanização da lavoura, concentração de propriedades e expansão da pecuária influíram no deslocamento de grande parte da população para a zona urbana, em especial para as cidades maiores como Londrina (MENDES et al., 1993. p. 33). Em meados da década de 70, com a soja já ocupando a maior área do município, além da pastagem, a ocorrência da “geada negra” vem pôr fim à cultura do café. Embora ocorra o crescimento de outras culturas, como a soja e o trigo, o desenvolvimento da pecuária, que passou de 87 mil cabeças em 1970 para cerca de 150 mil em 1980, e da avicultura, Londrina busca redefinir-se sob o aspecto de vocação econômica.

A evolução das discussões, inicialmente pontuais: isoladas no meio acadêmico, leva gradualmente ao surgimento de um movimento mais articulado, já na década de 90, quando as discussões se ampliam e ultrapassam os limites da academia. Um documento elaborado pelo Prof. Ivan Frederico Lupiano Dias, em 1992, “A questão tecnológica”, é transformado em projeto e encaminhado pela Universidade Estadual de Londrina à Prefeitura Municipal em fevereiro de 1993: o projeto ‘Proposta de Industrialização de Londrina e Região baseada no Desenvolvimento de um Pólo Tecnológico’ propunha a implementação de um parque industrial voltado à produção de bens que incorporassem tecnologia, aproveitando o contingente de recursos humanos existente nas instituições de ensino superior e de pesquisa, ensino técnico e da iniciativa privada da região (DIAS, 2004).

Pouco depois, um *workshop* é realizado reunindo lideranças de Londrina e representantes de outras regiões onde o esforço para o desenvolvimento, baseado em capacitação tecnológica, já havia aflorado. Estava iniciado um movimento pró-pólo tecnológico e seus integrantes passaram a reunir-se regularmente na sede da Folha de Londrina, apoiados que eram por seu então presidente, o jornalista João Milanez. Uma avaliação da consistência do movimento leva-o, três meses depois, à busca de sua institucionalização, resultando daí a criação da ADETEC. O Manifesto dos Fundadores, lançado em 23 de setembro de 1993, define seu objetivo como “[...] articular ou aprovar projetos, programas e todo tipo de ação voltados para o desenvolvimento tecnológico de Londrina e região, que resultem em progresso social e cultural de sua população”.

As posições dos idealizadores da ADETEC vêm ao encontro das afirmações de Zolo e Beck (2003); Cassiolato e Lastres (2003); Diniz (1998); Lima, (2001) e Oosterwijk, (2003). As forças atuantes no cenário internacional, e mesmo no Brasil (PEREIRA, 1997), levaram a que o Estado deixasse de priorizar o seu envolvimento direto com as universidades e centros de pesquisa científica e tecnológica, consideradas como “serviços não-exclusivos”, atividades competitivas que poderiam ser controladas pelo “mercado”. As discussões que originam o movimento pró-pólo tecnológico e, logo adiante, a fundação da ADETEC, traz à tona a percepção de que “o processo de globalização não exclui a capacidade de avaliação autônoma de interesses estratégicos” (DINIZ, 1998) e que a forma alternativa de inserção internacional passa pelo ganho de competitividade através da inovação. Como sugere Oosterwijk (2003), as empresas envolvidas em atividades inovadoras mantêm interação e ação.

Algumas das ações desenvolvidas pela ADETEC incluem:

- Inauguração da Incubadora Industrial de Londrina
- Instituição do Núcleo SOFTEX Norte do Paraná, com assinatura de Protocolo ADETEC/CNPq
 - Implantação do Centro de Apoio ao Empresário - CEPAT, com assinatura do acordo entre ADETEC – ACIL - BRDE - CODEL - FIEP – SEID.
 - Assinatura de Convênio ADETEC/Prefeitura de Londrina, para suporte a projetos estratégicos do município (encerrado em outubro/99).
- Instituição do projeto LONDRINA TECNÓPOLIS
- Implantação do projeto LONDRINA TECNÓPOLIS, com instalação de escritório e formação de equipe - Acordo entre ADETEC - CNPq - SETI/Paraná Tecnologia - IPPUL - FIEP/IEL - IPT S.Paulo - UEL – IAPAR
 - Inauguração da Platin – Plataforma Londrina de Tecnologia da Informação com o apoio do TECPAR através da REDE TIC, implantação da PLATALI – Plataforma Agroalimentar e PLATCON – Plataforma do Conhecimento.
 - A PLATALI é reconhecida pelo MCT, CNPq, Finep e Governo do Estado como um dos três Arranjos Produtivos Locais prioritários do Estado do Paraná.
 - PLATIN foi credenciada consultora e certificadora oficial pela "Rational Software Corporation"
 - Assinado convênio com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, no âmbito do Fundo Verde-Amarelo para desenvolvimento do Projeto Londrina Tecnópolis.
 - Assinatura do contrato com a FINEP relativo à instalação do Parque Tecnológico
 - Aprovada a celebração de convênio guarda-chuva com o TECPAR visando instalação de um núcleo PROGEX nas dependências da ADETEC

A partir desse início, começam a se delinear os contornos de um plano que compreende:

1. Consolidar a região de Londrina, até 2010, como um dos três principais Pólos de Inovação Tecnológica do País, nas áreas Agroalimentar, de Tecnologias da Informação e Comunicação, e do Conhecimento, fértil e atrativo para empreendimentos de base tecnológica, que são os que geram mais riqueza e melhores empregos.

2. Incrementar a qualidade de vida social e ambiental da população capacitando-a a participar da Sociedade do Conhecimento e melhorando o perfil do emprego e da renda na região.

3. Fortalecer o Sistema Local de Inovação existente em Londrina e estruturá-lo em nível regional, no eixo Apucarana - Londrina – Cornélio Procópio, contribuindo para que a região adquira cultura e indicadores Classe Mundial.

O papel da ADETEC, como promotora de desenvolvimento, encontra reconhecimento na totalidade dos entrevistados na pesquisa, entre os quais representantes das quatro categorias de atores envolvidos: dois representantes do setor acadêmico, dois representantes do setor produtivo, dois representantes do poder público municipal e três membros da equipe dirigente da entidade. Varia entre eles a avaliação do grau de eficácia de suas ações até o momento presente, mas o consenso se faz quando se aborda a necessidade de uma entidade que faça a articulação para que os arranjos locais comecem a funcionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada indica que a Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina e Região executa seu objetivo de promoção do desenvolvimento. Em certa medida, isso já chegou a acontecer através da INCIL – Incubadora Industrial de Londrina, que diplomou diversas empresas que hoje ainda sobrevivem e são histórias de sucesso.

Entretanto, a busca de desenvolvimento sustentável através da produção competitiva de produtos e serviços de alto valor agregado não se dá de maneira instantânea, automática, numa relação direta ação-reação através da qual suas ações poderiam estar gerando, de imediato, empresas e empregos. O exame da bibliografia consultada trouxe à luz uma variedade de aspectos sócio-culturais, econômicos e políticos, cuja existência e influência, os dados coletados na pesquisa de campo se encarregaram de corroborar.

O propósito e desafio da ADETEC de tornar Londrina um dos três principais pólos tecnológicos nacionais até o ano de 2010, através de seu Projeto Londrina Tecnópolis parece ser viável, embora enfrentando constantemente dificuldades. Essas dificuldades, que emergem sob a forma de insuficiências eventuais de recursos financeiros para manter o trabalho de sua equipe são, com alguma frequência, superadas através do recurso à prestação de serviços que, ao mesmo tempo, salvam a entidade da *débâcle* e desviam suas energias de seu foco principal. Como efeito colateral deste desvio de foco, sua visibilidade na comunidade é prejudicada, em detrimento da clareza de seu papel, mesmo junto a alguns dos atores e parceiros do arranjo.

Numa perspectiva de longo prazo, a viabilidade de promover efetivamente o desenvolvimento econômico de Londrina e região dependerá de um maior grau de institucionalização das relações entre os atores-parceiros do arranjo, que permita superar as instabilidades que as trocas de comando que ocorrem periodicamente em cada uma das “pás” da *triple helix* (universidades e centros de pesquisa, setor produtivo e poder público) provocam.

O conjunto dos trabalhos e das ações levadas à efeito pela entidade já tem repercussões perceptíveis, ainda que tímidas, na comunidade. A criação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, o apoio da Prefeitura do Município de Londrina para a implantação do Parque Tecnológico, a já programada implantação de uma unidade do IPEM – Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (com apoio do INMETRO) junto ao Parque Tecnológico são alguns eventos mais recentes que favorecem tanto as condições de

visibilidade da ADETEC em relação a seus objetivos, como esta maior visibilidade pode provocar o revigoramento dos apoios dos atuais parceiros e a agregação de novos.

Também não restaram dúvidas nos depoimentos dos entrevistados, de que há uma percepção de que a ADETEC realiza ações socialmente responsáveis, variando essa percepção conforme o depoente. Observou-se que aqueles representantes do grupo pioneiro na implantação do movimento pró-polo tecnológico e, depois, da ADETEC, têm claro para si o alcance dos efeitos das ações nucleares da entidade em relação ao desenvolvimento e ao bem estar da comunidade e conseguem relacionar os propósitos da ADETEC com o que se ouve e se lê, mesmo que na mídia, sobre o tema. Outros depoentes, menos próximos de viver a história da ADETEC por inteiro, e dispendo de, aproximadamente, o mesmo nível de conhecimento dos primeiros sobre os conceitos de responsabilidade social, conseguem enxergar a relação entre as ações da entidade e o que consideram socialmente responsável, neste caso, mais em relação às ações periféricas, como o programa de inclusão digital realizado pela entidade nos bairros periféricos de Londrina.

O que importa é que, após cuidadosa análise de históricos, documentação e depoimentos fica estabelecida, inequivocamente, a possibilidade de entender as ações da ADETEC voltadas para a realização de seus objetivos básicos como socialmente responsáveis, e delineada a possibilidade de sua ação ser entendida como uma forma revigorada de operacionalizar a responsabilidade social com maior alcance e maior profundidade do que ações apenas assistencialistas.

Debater e explicitar o alcance da ação da ADETEC em termos de responsabilidade social é oportunidade para dar ênfase à necessidade de adesão e de comprometimento de cada um dos atores da cena econômica, política e intelectual. Uma das contribuições deste estudo é precisamente sugerir reflexão e ação no sentido de a nação ir ao encontro de seu futuro soberano, cidadão, ao qual se pode chegar através de ações locais e regionais que canalizem a energia, a inventividade e a engenhosidade do povo brasileiro para o incremento da atividade econômica, em bases competitivas. Dessa forma, será possível, talvez, escapar à dita inexorabilidade do fenômeno globalização, ao menos no aspecto de dominação que, como se viu, o acompanha, não por acaso, mas por artes de uma *business diplomacy* que angariou o apoio de instituições como o Banco Mundial, para pavimentar o caminho do “mercado”.

Convergindo com esse pensamento, novas reflexões e discussões sobre todos os possíveis significados da expressão responsabilidade social poderão ampliar e aprofundar o sentido de seu exercício para incluir projetos e ações “de base”, no sentido de promoção efetiva do bem-estar social via desenvolvimento econômico, geração de empregos e oferta mais igualitária de saúde, educação e oportunidades de inclusão e de desenvolvimento social. Não escapa ao autor a realidade brasileira e, mesmo, a percepção de que quase qualquer coisa que se faça para reduzir a pobreza, a exclusão e a marginalização de amplas camadas da população tem validade como remédio emergencial. O que se nega é limitar a visão de responsabilidade social a um conjunto de medidas apenas paliativas, que freqüentemente se prestam a legitimar a ação do mercado. Mais é possível e precisa ser feito. E a própria sociedade civil deve entrever e assumir sua responsabilidade e resgatar junto aos poderes públicos certa participação do Estado, à qual este não se poderá furtar, sempre que se tratar de preservar a soberania e a cidadania brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R.B.G.; TOMEI, P.A. **Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 24., 2000, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: Anpad, 2000. CD-ROM.

- ASHLEY, P. A. (coord) **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo : Saraiva, 2002
- BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial**, 1997.
- BATEMAN, T.; SNELL, S. **Administração: construindo vantagem competitiva**. São Paulo : Atlas, 1998.
- BORGER, F.G. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. 2001. Tese (Doutorado em Administração)- Universidade de São Paulo, 2001.
- BORTAGARAY, I.; TIFFIN, S. Innovation clusters in Latin America. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TECHNOLOGY POLICY AND INNOVATION, 4. Curitiba, Brazil, Aug. 28-31, 2000. Disponível em <<http://in3.dem.ist.utl.pt/downloads/cur2000/papers/S11P01.PDF>>. Acesso em 16 de agosto 2004
- CARROLL, A.B. Corporate Social Responsibility: evolution of a definitional construct. **Business and Society**, n.38, p.268-295, sept. 1999.
- CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. RedeSist – IE/UFRJ, 2003.
- DIAS, I.F.L. **Breve histórico do desenvolvimento tecnológico/industrial recente de Londrina**. Programa de Apoio Tecnológico PAT/IPARDES, 1997.
- _____. O desenvolvimento de Londrina: análise histórica recente e perspectivas (1). **Jornal de Londrina**, 26 de jan. 2004, p.2.
- DINIZ, E. Globalização, ajuste e reforma do Estado: um balanço da literatura recente. **Revista Brasileira de Informação em Ciências Sociais**, n. 45, 1º sem.,1998.
- DUPAS, G. **O lugar vazio do espaço público**. Disponível em: < www.akatu.net>. Acesso em: 20 de janeiro 2002
- FREITAS, M. E. Contexto social e imaginário organizacional moderno. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 21., 1997, Angra dos Reis – RJ. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro : Anpad, 1997. CD-ROM.
- FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. 3.ed. São Paulo : Nova Cultural, 1988
- FURTADO, J. Mundialização, reestruturação e competitividade: a emergência de um novo regime econômico e as barreiras às economias periféricas. **Novos Estudos Cebrap**, n. 53, 1999.
- HERTZ, N. **The silent takeover: global capitalism and the death of democracy**. London : Arrow Books, 2002.
- JONES, M.T. Missing the forest for the trees: a critique of the social responsibility concept and discourse. **Business and Society**, v. 35, n. 1, p. 7-41, mar. 1996.
- JORNAL DE LONDRINA, 20 de julho de 2003. Seção Economia.
- KUPFER, D. Trajetórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e a estabilização, 1998. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 1998.
- LANDABASE, M. The role of social capital in promoting competitiveness in less favoured regions: policy options in perspective. In: CONFERENCE BACKGROUND PAPER, 2003. **Anais...** Università di Lecce, Ostuni, 2 - 5 July, 2003.
- LEYDESDORFF, L. ; ETZKOWITZ, H. The triple helix as a model for innovation studies. **Science & Public Policy**, v. 25, n.3, p. 195-203, 1998.
- LIMA, M.C. Uneven globalization: in search of a new pattern of development for South America. Science and Technology in Mercosul, 2001. In: MEETING OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. **Anais...** Washington DC, Sept. 6-8, 2001.
- LONDRINA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. **Londrina em Dados: 2002a**. Disponível em: <<http://ns.londrina.pr.gov.br/cidade/londados.php3>> Acesso em: 7 de agosto 2004.

- _____. **História de Londrina:** 2002b. Disponível em: <<http://pardal.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em: 7 de agosto 2004.
- LONDRINA Tecnópolis Disponível em:< <http://www.londrinatecnopolis.org.br>>. Acesso em:entre julho e agosto de 2003.
- MENDES, J.T.G. et al. **Londrina:** diagnóstico e caminhos. Curitiba : Intellectus, 1993.
- MOREIRA, J.M. **A ética empresarial no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 2002.
- OOSTERWIJK, H. National-sectoral systems of innovation. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL “INNOVATION IN EUROPE: DYNAMICS, INSTITUTIONS AND VALUES” Roskilde University, Dinamarca, 8-9 Maio, 2003. Paper.
- OSTERGARD, P. M. Promoting corporate citizenship. **UN Chronicle**, v. 36, n. 4, p. 68-69, 1999.
- PASSADOR, C.S. **Um estudo do projeto escola do campo:** casa familiar rural (1990-2002) do Estado do Paraná: a pedagogia de alternância como referencial de permanência. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2003.
- CANOPF, L; PASSADOR, C. **Apontamentos sobre responsabilidade social no EnANPAD: A Construção de um Conceito?** In: XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 2005, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Anpad, 2005. CD-ROM
- PEREIRA, L.C. B. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos do MAPRE.** Caderno 1, 1997.
- SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M.B. **Arranjos e sistemas produtivos locais em “espaços industriais” periféricos:** estudo comparativo de dois casos brasileiros. IPEA – Texto para discussão n. 182, nov. 2002.
- SCHOMMER, P.C. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 24., 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Anpad, 2000. CD-ROM.
- SENDIN, P.V. O papel do terceiro setor na definição de arranjos locais de inovação: o caso da ADETEC. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22., Salvador. **Anais...** 6-8 de nov., 2002. Relato de experiência.
- SIMIONATTO, I. **Crise, reforma do Estado e políticas públicas:** implicações para a sociedade civil e a profissão. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv87.htm>>. Acesso em: 7 de agosto 2004.
- SOUZA, J. Breves notas sobre as novas configurações do Estado contemporâneo: considerações sobre o terceiro setor. **Revista da FIB.** v.7. n. 2, 1999.
- SROUR, R.H. **Poder, cultura e ética nas organizações.** 8 ed. Rio de Janeiro : Campus, 1998.
- UNCTAD. **The social responsibility of transnational corporations.** Geneva, Oct. 1999.
- VENTURA, E.C.F. Responsabilidade social das empresas sob a óptica do “Novo Espírito do Capitalismo”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 27., 2003, Atibaia. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro : Anpad, 2003. CD-ROM.
- WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review:** v. 16, n. 4, p. 691-718, oct. 1991.
- _____. Theory and integrity in business and society. **Business and Society**, v. 39, n. 4, p. 359-378, dec. 2000.
- ZOLO, D.; BECK, U. **A sociedade global do risco:** um diálogo entre Danilo Zolo e Ulrich Beck. Tradução José Silvino Assman. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/ulrich.htm>>. Acesso em:10 de dezembro de 2003